

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS NA BACIA DE CAMPOS

LIGIA MUYLAERT¹

O trabalho em unidades de processo como as plataformas de petróleo pode ser compreendido por quatro aspectos que se inter-relacionam e o caracterizam: ele é simultaneamente contínuo, complexo, coletivo e perigoso (SEVÁ FILHO, 2000). Buscando entender quem é o trabalhador que exerce suas atividades nesse ambiente, foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre o tema, tendo como base a aplicação de entrevistas, com perguntas formuladas para uma clientela, objeto do estudo, constituída de um conjunto de 25 trabalhadores *offshore* terceirizados da Bacia de Campos, usuários de planos de saúde. Essas pessoas atenderam, de forma solícita, quando chamadas para colaborar com a pesquisa realizada no consultório clínico da autora. Os entrevistados tiveram sua identidade preservada e se expressaram livremente, porém somente as informações relevantes foram registradas. Os dados obtidos com as entrevistas foram confrontados com os dados encontrados na literatura e analisados de forma a indicar possíveis alterações relativas à qualidade de vida, saúde e nas relações profissionais e pessoais no universo desses indivíduos, decorrentes desse tipo de trabalho.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-definido e foram organizadas em três blocos de perguntas: o primeiro bloco buscava traçar o perfil dos entrevistados; o segundo bloco tratava das percepções do entrevistado sobre o trabalho na empresa e, finalmente, o terceiro bloco de perguntas buscou identificar as consequências do trabalho na plataforma, sobretudo em relação à vida familiar e à saúde do trabalhador.

1. Os resultados da pesquisa realizada

Bloco 1 - Perfil dos entrevistados

¹ MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES PELA UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES, CAMPOS/RJ.

A média de idade encontrada no grupo de entrevistados foi de 33 anos, diferente da média de 45 anos encontrada no grupo estudado por Leite (2009, p.132). A pesquisa mostrou que, de acordo com os relatos da literatura, há um predomínio do sexo masculino no grupo de entrevistados, que totalizaram vinte e dois homens (88%). Nesse grupo constam ainda três mulheres (12%), duas atuando como técnicas em química e a terceira, como responsável por hotelaria e alimentação. Não foram encontradas diferenças significativas entre os problemas ou queixas das mulheres em comparação aos homens.

No conjunto dos vinte e cinco entrevistados, quinze trabalhadores informaram que o seu tempo de trabalho na plataforma é maior que cinco anos; oito tinham tempo de embarque entre um e cinco anos, e dois embarcavam há menos de um ano. Em relação ao estado civil, quinze entrevistados são casados, mesmo que alguns casos sejam de união estável; oito eram solteiros (sendo três mulheres) e dois relataram que eram separados. O maior número de entrevistados (vinte e três) tem família residente em Campos dos Goytacazes e apenas dois residem em outras localidades próximas.

O regime de embarque (tempo que permanece embarcado por tempo em terra) de vinte e um entrevistados é de 14/14 dias, sendo que três entrevistados informaram que esse tempo é variável e uma das mulheres entrevistadas relatou que embarcava numa escala de 45/45 dias. Alguns trabalhadores reclamaram que a empresa muitas vezes antecipa o embarque, o que gera grande insatisfação pessoal e familiar. Menezes Gomes (2002, p.80), em relação às mudanças da escala de 14/14 dias, diz que o trabalhador desembarca e que, eventualmente, com 3, 4 ou 7 dias, tem que retornar à plataforma, ou porque alguém faltou à escala, ou porque a firma tem carência de trabalhadores ou alega dificuldade de encontrar um trabalhador que some qualificação com experiência.

Bloco 2 - Percepções dos entrevistados sobre o trabalho na empresa

A maioria dos entrevistados era constituída de trabalhadores terceirizados do setor de manutenção: técnicos de nível médio com formação nas áreas de instrumentação, mecânica, eletrotécnica e eletromecânica, havendo poucas exceções de trabalhadores que executam tarefas de pequena complexidade (taifeiro, pintor). A totalidade dos empregados sente-se mais vulnerável do que os funcionários da Petrobras

em relação à estabilidade no emprego, pois trabalham em regime de contratação ao passo que os empregados da Petrobras são concursados.

Ao abordar a questão da instabilidade no emprego, Menezes Gomes (2002, p.108) relata que os contratos têm um caráter temporário, dificultando inclusive solidificar laços com o próprio trabalho e com os colegas. Os contratos podem durar no máximo 5 anos e, mesmo assim, não é garantida sua permanência no mesmo até o fim. Seu vínculo é instável e instável será seu planejamento de vida. Não dá para contrair dívidas de médio e longo prazo como, por exemplo, comprar casa financiada ou mesmo um carro novo. O medo de perder o vínculo empregatício e a demora em encontrar outro é a dura realidade desses trabalhadores.

Além disso, da mesma forma que no estudo de Farias (2008, p.7-8), há relatos de dificuldades nas relações de trabalho entre os empregados da Petrobras e os terceirizados, pois os terceirizados sentem-se discriminados pela maioria desses funcionários, que se consideram superiores e os tratam como subalternos, muitas vezes de forma arrogante e prepotente.

Todos os entrevistados apontaram a falta de opções de emprego na região e os salários mais altos como os principais motivos para trabalharem embarcados. Alguns entrevistados também consideraram uma motivação atraente os períodos de folgas, no qual aproveitavam para executar algum outro trabalho visando a aumentar a renda familiar. Outros buscavam passar mais tempo com a família nesse período, utilizando o tempo em atividades de lazer, a fim de compensá-los pelo tempo que passavam embarcados. Foi identificado apenas um caso em que o trabalhador informou que procurava utilizar o tempo de folga para os estudos, freqüentando curso superior. Além disso, todos os entrevistados têm algum tipo de proteção, principalmente seguro de vida e contra acidentes, feitos pela empresa contratante, mas alguns optaram também por fazer algum tipo de seguro de forma particular.

A maioria (dezenove dos vinte e cinco entrevistados) considera que o seu trabalho é mais estressante do que os trabalhos em terra, por estarem confinados em um ambiente de risco, trabalhando em vários tipos de atividades potencialmente perigosas e de muita responsabilidade, sendo submetidos à pressão e cobranças pelos seus superiores. A antecipação dos embarques como descrita acima, reduzindo o período de folga, funciona muitas vezes como um fator a mais de estresse para esses funcionários.

Todos relatam que não receberam qualquer tipo de capacitação especial para lidar com o estresse. Relataram também que, quando ocorre algum tipo de acidente,

seja em aeronave ou em plataforma, sentem-se mais ansiosos e preocupados, observando que seus familiares também se mostram mais apreensivos.

A questão do confinamento foi muito recorrente. Esta diferencia o trabalhador *offshore* de qualquer outro que esteja submetido a esse regime de trabalho como, por exemplo, os operários de obras públicas de vulto (hidrelétricas, estradas) ou até mesmo do trabalho de perfuração em terra.

Enquanto o trabalhador *offshore* trabalha e vive numa plataforma marítima por 14 dias, tendo-a como espaço único de deslocamento e estando impedido, por recursos próprios de atravessar a massa d'água que o cerca, os outros trabalhadores podem sair do local de trabalho quando encerram o seu turno (MENEZES GOMES, p.84, 2002).

Bloco 3 . Consequências do trabalho na plataforma

Ao ser analisado o impacto do regime de trabalho *offshore* sobre as relações familiares, foi verificado que os dados encontrados estão de acordo com os relatados no trabalho de Leite (2009, p.132), já que, dos vinte e cinco entrevistados, vinte deles dizem não ter maiores problemas com a esposa, quando comparados com os companheiros não embarcados. Os demais trabalhadores referem que suas esposas se queixam por estarem sozinhas apenas nos primeiros anos em que trabalham embarcados, mas com o passar dos anos se adaptam. Além disso, houve dois casos em que os entrevistados informaram problemas no relacionamento conjugal, que culminaram com a separação do casal.

De uma maneira geral, dizem não ter problemas com os filhos, porém se ressentem por estarem embarcados em datas importantes para a família como Natal, Ano Novo e aniversário dos filhos. Os trabalhadores dizem ainda que seus familiares não se queixam de seu trabalho, exceto quando a empresa solicita que antecipem o embarque. Também não consideram que o trabalho que desempenham seja responsável pelos seus problemas domésticos, sendo estes comuns a qualquer família, e procuram separar, na medida do possível, a sua vida pessoal da vida profissional.

Apesar dos achados da literatura relatarem o contrário, a maioria dos entrevistados não se sente desajustada quando está em terra, e procura ocupar o seu tempo, seja em outro tipo de trabalho, seja passeando com sua família. Em conformidade com os estudos de Farias (2008, p. 6) e Leite (2009, p.116-136), apenas alguns trabalhadores apresentam alguma forma de alteração do humor, seja no período

pré-embarque ou no período pós-desembarque, relatando que, 1 a 2 dias após desembarcarem, precisam se readaptar à vida familiar. Posteriormente, sentem-se “normais”.

A principal mudança na rotina de suas famílias, quando estes trabalhadores estão embarcados, é que nesse período somente a esposa passa a assumir o lugar de chefe da família e as responsabilidades sobre a casa, pagando as contas, educando e criando os filhos. Contudo, quando estão em terra, a maioria procura ajudá-las, dividindo essas tarefas. Os trabalhadores solteiros contam com apoio da família para resolver seus problemas, quando estão embarcados.

No que diz respeito à sua saúde, a totalidade dos trabalhadores diz que a assistência à saúde nas plataformas é prestada por técnicos de enfermagem. Porém, muitos preferem não procurá-los quando têm algum problema, por temor de serem desembarcados, o que reduziria de forma substancial os seus salários. Outros não se consideram bem assistidos desta forma.

Em caso de ocorrer um problema mais sério que não possa ser solucionado pelo técnico de enfermagem, este se comunica com o médico responsável que se encontra em terra, por videoconferência, e invariavelmente o trabalhador é desembarcado. Raramente relataram também a presença de médico na plataforma.

A saúde dos entrevistados

No grupo de 25 entrevistados, foram encontrados quatro casos de Hipertensão Arterial, mas apesar do estresse sofrido no período de embarque ser um fator de risco para hipertensão e apontado por praticamente todos os entrevistados, não foi possível estabelecer uma relação causal clara entre essas duas condições, mas sim, considerar situações caracterizadas por altos níveis de estresse como fator agravante da hipertensão. Estes indivíduos já apresentavam o quadro de hipertensão quando passaram a embarcar e todos faziam uso regular de anti-hipertensivos, com exceção de um deles que apresentava Hipertensão Limitrofe. Todos os Hipertensos relataram aumento de peso após começarem e embarcar. Um trabalhador hipertenso, além de um aumento de peso de 15 kg, posteriormente desenvolveu Diabetes Mellitus tipo II.

Além disso, três trabalhadores apresentavam Dislipidemia, traduzida pelo aumento dos níveis de colesterol e dos triglicérides e correlacionada com a

alimentação na plataforma que, segundo um trabalhador, “é muito gordurosa” e, destes, dois pertenciam ao grupo de hipertensos.

Foram encontrados cinco casos de alterações do sistema nervoso, sendo que um dos trabalhadores se queixava de estresse e de um quadro de depressão, que se acentuava no período pré-embarque. O outro paciente queixava-se de insônia. Dois entrevistados usavam medicamentos controlados para dormir. O terceiro caso se referia apenas a sono irregular, com diminuição das horas de sono, e não fazia uso de medicação.

Em relação aos distúrbios do aparelho locomotor, quatro trabalhadores apresentavam queixas de cervicalgias e lombalgias, fazendo uso de analgésicos e relaxantes musculares. Em dois casos foi confirmada Hérnia de Disco na coluna cervical e lombar, por meio de exame de Ressonância Magnética. Três trabalhadores apresentaram queixas referentes a distúrbios do aparelho digestivo, como azia, devido à esofagite conseqüente de refluxo gastresofágico. Os mesmos faziam uso de medicação para minimizar os sintomas.

Além disso, houve relato de três casos de problemas de audição, caracterizados por diminuição da acuidade auditiva, que surgiram após o regime de trabalho *offshore*. Concluindo, do grupo de vinte e cinco entrevistados, quinze deles relataram problemas de saúde de forma isolada ou concomitante a outras comorbidades, e dez procuraram consulta clínica por motivos variados, não relacionados a doenças.

2. A pesquisa realizada à luz de outros estudos

As pesquisas acadêmicas consultadas relatam evidências objetivas e subjetivas da relação entre o sofrimento psíquico e a condição de trabalho *offshore* (SAMPAIO, 2001), aspecto ressaltado por estudos que mostram os trabalhadores terceirizados como sendo os principais atingidos (ALVAREZ; et al., 2007), quando comparados com os trabalhadores diretos da empresa. Isso ocorre uma vez que os riscos se agravam e se ampliam, pelo fato de receberem não somente menos treinamento e informação, mas também por trabalharem em condições mais precárias (FREITAS; et al., 2001). No âmbito dos trabalhos acadêmicos, entre os fatores que podem influenciar a condição psíquica dos trabalhadores *offshore*, são frequentemente listados: o confinamento, como limitação de espaço e como repressão ao desejo de ir e vir; isolamento social; distância

da família em eventos de grande significado simbólico; ausência de privacidade a bordo; e a abstinência sexual forçada (LEITE, 2009; RODRIGUES, 2001).

O estresse é considerado como uma síndrome psicofísica de adaptação, com efeitos nas atividades laborativas, constituída de três fases: inicialmente uma fase chamada de “reação de alarme”, quando ocorre uma súbita descarga de adrenalina na circulação sanguínea, com decorrentes alterações circulatórias e musculares. Em um segundo momento, uma fase de resistência, caracterizada pela adaptação à situação estressante; por último, a fase de exaustão, cuja duração demorada poderia influir no organismo, ocasionando uma série de distúrbios e seu eventual esgotamento. Ou seja, a permanente exposição a fatores estressantes aumentaria o nível de exigência do organismo, inviabilizando o seu equilíbrio (sua homeostase), e levando-o à falência adaptativa e ao colapso (IIDA, I, p 383-385).

Portanto, o estresse é visto como um conjunto de alterações que o organismo sofre a partir de pressões externas, enquadrando-se num modelo neuroendócrino que privilegia as cardiopatias. Além disso, determinadas demandas do meio ambiente que causam estresse, implicam toda uma sintomatologia de natureza psicossomática como, por exemplo, dores de cabeça, gastrite, tonteados, enjôo e falta de ar. Ou seja, a ocorrência do estresse no ambiente de trabalho sugere que exista uma relação particular entre o trabalhador e as condições às quais se está submetido. A maneira como essa relação se estabelece pode ser percebida como um risco à saúde e ao bem estar (IIDA, I, p., 383-385)

Além disso, a diferença funcional entre as categorias de “petroleiros” e “contratados”, em plataformas da Petrobrás, é apontada como problemática, pois a eventual mútua discriminação pode contribuir para o agravamento dos problemas já enfrentados pelos trabalhadores *offshore* em plataformas petrolíferas, onde o risco constante de acidentes fatais deveria demandar confiança e solidariedade entre todos, para a garantia da própria sobrevivência (PENA, 2002).

Percebe-se que, mesmo que a Petrobrás possua um Programa de Gerenciamento de Estresse, muitas atividades desenvolvidas parecem paliativas, frente ao grave quadro evidenciado pelas pesquisas acadêmicas. É um aspecto que pode ser averiguado porque, dentro da empresa, o estresse permanece como importante fator de absenteísmo e afastamento do trabalho (CASTRO e NUNES, 2008).

Nos períodos em que estão embarcados, os trabalhadores se alternam em turnos de doze horas de trabalho e sofrem de uma série de distúrbios, devido a alterações do

seu ciclo circadiano (período de aproximadamente 24 horas, sobre o qual se baseia todo o ciclo fisiológico do ser humano), com repercussões no seu ritmo de sono e vigília, apetite, alterações da pressão arterial, da temperatura e do equilíbrio hormonal (IIDA, I, 2005, p.342-347; GUYTON & HALL, 2011, p.761-769).

Os trabalhadores que fazem turno de revezamento por um período de mais de cinco anos têm aumento de 40 a 50 % no risco de doenças coronárias, comparados com trabalhadores com jornada diurna. Se comparados aos trabalhadores de “colarinho branco”, o risco aumenta em 70% (GUYTON & HALL, 761-769, 2011).

Trabalhadores noturnos são mais suscetíveis à luta entre o sono e a perda de habilidade para pensar claramente durante as primeiras horas da manhã (entre 3 e 5 horas da madrugada) e chamam esse horário de “zombie zone”. O potencial para adormecer ou ocorrer um erro de julgamento pode resultar desde um produto abaixo do padrão de qualidade até um grande acidente industrial. Alguns dos grandes e mais notórios acidentes industriais mundiais (Three-Mile Island, Bhopal, Chernobyl e Exxon Valdez) ocorreram durante essas primeiras horas da manhã, com erros humanos sendo indicados como o fator chave de todos eles.

O trabalho em turnos de revezamento tem efeito direto sobre o sono. Os altos e baixos do ciclo circadiano aumentam o estado de alerta de manhã, dificultando adormecer. Fatores externos, como ruído, luz do sol e obrigações familiares frequentemente interrompem ou encurtam os repousos. Há perda também na qualidade do sono. As pessoas passam menos tempo nos estágios de sono profundo, importantes para recuperar a fadiga. Também têm menos sono do tipo “Rapid Eyes Movement” (REM), estágio do sono em que ocorrem os sonhos, importante para a saúde física e mental (IIDA, I., p. 411-417, 2005).

Os trabalhadores em turno têm mais queixa de nervosismo, fadiga crônica, ansiedade, depressão e irritabilidade do que os trabalhadores diurnos. “Turneiros” têm também problemas gastrointestinais, como constipações, diarreia, excesso de gases, dores abdominais e queimações, duas a três vezes mais comuns do que nos trabalhadores diurnos. Essa maior frequência também se verifica em casos mais sérios, como úlceras pépticas, de duas a cinco vezes mais frequentes em “turneiros” do que nos diurnos, devido a fatores como dificuldades de digestão durante a noite, os distúrbios do sono, comida em excesso, cafés, fumo e estresse (IIDA, I. 2005; GUYTON & HALL, p. 831-841, 2011).

3. Conclusões

Ao se realizar este estudo, concluiu-se que as condições de trabalho em unidades de perfuração marítima são marcadas por: a) aspectos psicossociais desfavoráveis do confinamento em alto mar, principalmente a alteração do modelo familiar. Neste regime de trabalho o trabalhador transfere tarefas e responsabilidades para sua esposa e tem comprometidos seus papéis de pai, esposo e cidadão; b) isolamento social, pois os períodos embarcados dificultam a continuidade da participação social dos trabalhadores nas comunidades onde vivem; c) duração insuficiente das folgas úteis, face à defasagem com os horários da família e da sociedade, ao acúmulo de problemas domésticos, à duração e cansaço das viagens e à tensão de pré-embarque; d) exposição a um ambiente de alto risco à segurança e à saúde; e) solicitações do trabalho em turnos, com destaque para a redução da duração e qualidade do sono quando trabalhando no turno da noite; f) lacuna entre as expectativas criadas e as compensações obtidas, pois os altos esforços dos trabalhadores não são proporcionalmente recompensados, em termos de remuneração e prestígio social; g) o estresse citado por dezenove dos vinte e cinco entrevistados; h) falta de capacitação para lidar com o estresse decorrente do trabalho em regime de embarque, citada por todos os entrevistados; i) a antecipação dos embarques, como um fator adicional de estresse; j) a prestação dos serviços de assistência à saúde nas plataformas.

Acredita-se que estas conclusões, além de contribuírem para o debate acadêmico em torno das condições de trabalho, na assistência médica e psicológica possam inspirar e instrumentalizar propostas de intervenção em unidades de perfuração marítima, com o intuito de auxiliar no gerenciamento de condições potencialmente prejudiciais aos trabalhadores, sejam elas do ponto de vista pessoal ou profissional.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, D.; Et Al. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera *offshore* da Bacia de Campos (RJ). **Gestão & Produção**, São Carlos, v.14, n.1, p.55-68, 2007.

ALVAREZ, D.; FIGUEIREDO, M.; ROTEMBERG, L. Aspectos do regime de embarque, turnos e gestão do trabalho em plataformas offshore da Bacia de Campos (RJ) e sua relação com a saúde e segurança dos trabalhadores. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, 35 (122) 201-216, 2010.

FIGUEIREDO, M.; Et al. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos. (RJ). **Gestão & Produção**, São Carlos, v.14, n.1, p. 55-68, 2007.

FREITAS, C.M.; SOUZA, C.A.V.; MACHADO, J.M.H.; PORTO, M.F.S. Acidentes de trabalho em plataformas de petróleo na Bacia de Campos. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.17; nº1. Rio de Janeiro. Jan/Fev. 2001.

GUYTON, A.C., HALL, J. E, **Tratado de Fisiologia Médica**. 12ª edição. São Paulo: Elsevier, 2011, p. 761-769, 831-841.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção**. 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2005, p. 341-411.

LEITE, R.M.S.C. Vida e Trabalho na indústria de petróleo em alto mar na Bacia de Campos. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, nº6, Dezembro de 2009.

LEITE, R.M.S.C. **Bandeirantes do Mar**: a identidade dos trabalhadores das plataformas de petróleo. Niterói: Intertexto, 2009, 244p.

MENEZES GOMES, D. B. **Que trabalhador sou eu?** Os trabalhadores terceirizados offshore do setor de manutenção da Bacia de Campos. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002, Dissertação de Mestrado.

PENA, A. C.. Relato de pesquisa: a influência do contexto ambiental nos trabalhadores offshore de uma plataforma petrolífera. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v.2. n. 1, 2002, p. 112-119.

RODRIGUES, V. F. **Relações de trabalho em unidades de perfuração marítima:** Estudo de caso com ênfase em trabalho em turnos. Dissertação (Mestrado em Administração), Unifenas, Alfenas, 2001.

SAMPAIO, J.J.C. Saúde mental e trabalho petroleiro: gente em desconforto, mal estar e sofrimento. In: VENÂNCIO, A.T.A. e CAVALCANTI, M.T. (org.) **Saúde Mental – Campo, Saberes e Discursos**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.

SEVÁ FILHO, A. Seguuura Peão! Alertas sobre o risco técnico coletivo crescente na indústria petrolífera. In: Freitas C., Porto M., Machado J. (Org). **Acidentes Industriais Ampliados: Desafios e Perspectivas para o Controle e a Prevenção**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.